

**III Seminário Internacional “Governança de Terras e Desenvolvimento Economico”
Unicamp – SP – Brasil, de 7 a 9 de junho de 2017**

**AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E A QUESTÃO DO DESMATAMENTO NO
ACRE: O papel da Resex Chico Mendes**

**FRANCISCO CARLOS CAVALCANTI¹, ELYSON FERREIRA DE SOUZA²,
RAIMUNDO CLAUDIO MACIEL³**

1Professor da Universidade Federal do Acre, Brasil. 2 Professor da Universidade Federal do Acre, Brasil 3 Professor da Universidade Federal do Acre, Brasil fcscarlito@uol.com.br /elysonsena@hotmail.com/rcgmaciел@bol.com.br

**Paper preparado para apresentação no III Seminário Internacional “Governança de Terras e Desenvolvimento Economico”
Unicamp – SP – Brasil, de 7 a 9 de junho de 2017**

Abstract

This article discusses the origin of Conservation Units, especially the extractive reserves in Acre, one of the important forms of recognition of property rights in the region. This, mainly, allows unravel the complex relationship between two opposing processes that express the dynamics of occupation of the Acre state land from the decade of the 70s of the last century. During this period began a peculiar economic and social process of occupation of the Amazon lands that are now considered as ideal place for application of capitalist investment, supported by these economic and fiscal policy of the Central Government of Brazil.

The fragility of property rights is considered by a vast literature a crucial obstacle to economic development. There are unanimous in saying that the existence of security of property rights has a crucial role in increased economic efficiency of land use, and ensure political and social stability, reducing conflicts over land . The process clearly demonstrates the speculative character and this concentrator process of appropriation of large plots of land in Acre. The acceleration and expansion of deforestation on the other hand, shows the degrading aspect of this process.

Palavras -chave: Reservas extrativistas, Governança de terras e uso da terra na amazonia.

1.Introdução

A fragilidade dos direitos à propriedade é considerada por uma vasta literatura um obstáculo crucial ao desenvolvimento econômico. A maioria dos autores que trata da temática afirma que a existência de segurança dos direitos à propriedade tem um papel crucial numa maior eficiência econômica do uso da terra, além de garantir estabilidade política e social, reduzindo os conflitos em torno da terra (SOTO, 2000; DEININGER, 2003). As Reservas Extrativistas (RESEX) são áreas de domínio público, com uso concedido às populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e têm como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade (Cavalcanti, 2002; Allegretti 1994). Isto, em boa medida, contribui para tornar as Resex uma peculiar e importante forma de reconhecimento dos direitos de propriedade na região, fazendo com que estas desempenhem papel crucial no processo de desmatamento das terras acreanas.

Este artigo busca discutir a participação das Unidades de Conservação (UC), mais especificamente a “Reserva Extrativista Chico Mendes”, no processo de desmatamento das terras acreanas. Isto, em boa medida, permite desvendar as complexas relações existentes entre dois processos antagônicos que expressam a dinâmica da ocupação das terras do Estado do Acre a partir da década dos ¹anos 70 do século passado (Cavalcanti, 1983, Souza, 2016).

Neste período, teve início um peculiar processo econômico e social de ocupação das terras amazônicas que passam a ser consideradas como espaço ideal para aplicação dos investimentos capitalistas, estes apoiados pela política econômica e fiscal do Governo Central do Brasil. A apropriação das terras do Acre, sobretudo no plano jurídico, evidencia claramente o caráter especulativo e concentrador desse processo de apropriação de extensas parcelas de terras acreanas. A aceleração e ampliação dos desmatamentos, por outro lado, mostra a face degradadora desse processo. Por fim, os conflitos decorrentes da luta pela posse da terra conforma o quadro mais geral que define este processo de ocupação (Cavalcanti, 1983).

¹ A Resex Chico Mendes foi criada pelo decreto 99.144 de 12 de março de 1990. Possui uma área estimada em 970.570 hectares.

É neste cenário que ocorre a criação das Reservas Extrativistas. Foi dentro deste quadro mais geral que emergiu, em 1985, uma resposta dos seringueiros acreanos à expropriação da terra e ao processo de devastação da floresta, consubstanciada na proposta das Reservas Extrativistas (RESEX). Estas foram, portanto, uma decorrência deste movimento de resistência que visava a geração de valor sem degradação do meio ambiente (Cavalcanti, 2002).

A elaboração e implementação da Política Ambiental resultante da experiência dos seringueiros do Acre na construção das Reservas Extrativistas, especialmente pela crescente importância das experiências na regularização fundiária, ganha importância sobretudo pelo crescimento da consciência ambiental nas últimas décadas. Isto sinaliza, de forma clara, a necessidade de mudanças profundas, principalmente na redefinição das relações de propriedade homem-natureza (Cavalcanti e Reydon, 2002).

2. A origem das Unidades de Conservação

A concepção naturalista, tal como se estruturou nos EUA, parece ter guardado uma grande distância da concepção naturalista européia, num movimento que aponta para uma forma peculiar de percepção da natureza. Nos EUA, o naturalismo assumiu um caráter mais específico, baseado na idéia de que a única maneira de preservar a natureza é mantê-la afastada do homem. Como decorrência, se expressou concretamente na definição de áreas naturais dotadas de belezas cênicas com o objetivo de proteger a “vida selvagem” (*wilderness*) ameaçada crescentemente pelo padrão industrial e expansão urbana.

A criação do parque Yellowstone em 1872 nos EUA, consubstancia com nitidez esta ideia do naturalismo como garantia da vida selvagem através da criação de “ilhas de preservação” do mundo natural isoladas da presença predatória do homem. Se a idéia da criação destas “ilhas de preservação” baseia-se, por um lado, na convicção da necessidade de proteger o mundo natural afastando-o da presença humana, por outro lado, aponta de forma subjacente para uma nova interpretação do mito do paraíso perdido, que viria em ajuda desta forma de exercício da política ambiental ao reforçar esta noção através do imaginário.

Além da importância da postura naturalista expressa na criação dos parques deve-se também ressaltar que esta concepção da natureza acabou por se constituir na forma de política conservacionista mais utilizada pelos países do terceiro mundo (Diegues, 2001).

A concepção naturalista americana, tal como referida anteriormente, se manifestou de forma concreta no Brasil por ocasião da proposição, elaborada por André Rebouças, em 1871, visando a criação de um parque nacional em Sete Quedas, ideia que só iria se concretizar em 1961 (Atlas, 2000). No entanto, em 1937 foi criado o primeiro parque deste gênero no Brasil, então batizado com o nome de Parque Nacional de Itatiaia.

É de notar que este momento é diferenciado do movimento naturalista Europeu na medida em que tanto o projeto de Sete Quedas quanto o de Itatiaia demonstram a influência do naturalismo americano. Até a criação do Código Florestal, em 1965, os parques e outras áreas de preservação foram criados obedecendo à lógica naturalista norte-americana de criação de monumentos públicos naturais com reputado valor estético ou cujos atributos ecológicos apresentassem interesse para o conhecimento científico (Morsello, 2001).

Ainda que a política naturalista norte-americana tenha exercido influência sobre as políticas ambientais em diferentes países da América Latina, sua transposição implicou uma acomodação em relação a realidades específicas. O caso do Brasil é exemplar neste sentido uma vez que, sendo suas florestas habitadas por indígenas e por populações hoje denominadas tradicionais, tornou-se imperativo levar em conta sua presença para a elaboração de políticas ambientais.

As populações tradicionais encontram-se organizadas como agrupamentos de pequenos produtores, atraídos por uma atividade econômica momentaneamente rentável. Para elas, a natureza tem papel relevante na definição e desenvolvimento de modos de vida específicos, geralmente em sintonia com as regras básicas do ecossistema florestal. Dessa forma, adquirem conhecimentos profundos dos ciclos biológicos da natureza e desenvolvem tecnologias simples, porém adaptadas ao seu modo de vida e à lógica do meio ambiente. Por fim, deve ser ressaltado que estas comunidades desenvolvem uma cultura própria, rica de saberes que envolvem as leis da natureza (Diegues, 2001).

Refletindo de certa maneira estas especificidades referidas, o Código Florestal de 1965 (lei 4.771) criou uma série de categorias, dividindo-as, porém, em dois grandes grupos:

- áreas de uso restrito, que não permitem a exploração de recursos naturais, como é o caso dos parques (nacionais estaduais e municipais) e as reservas biológicas;
- áreas que permitem a exploração pelo homem, como é o caso das florestas nacionais estaduais e municipais e áreas de proteção ambiental.

Em 1977 foram criadas as áreas especiais e locais de interesses turísticos e arqueológicos, tais como as reservas e estações ecológicas e, finalmente, em 1990, foram criadas as Reservas Extrativistas, que representam uma inovação no âmbito das unidades de conservação (UCs), tanto por serem fruto das reivindicações dos seringueiros e extratores, quanto por definirem uma nova forma de ordenamento fundiário, resultando na definição de uso da terra cuja exploração dos recursos naturais deve ser de forma sustentável.

3. As terras públicas da Amazônia e a regularização fundiária

Devido a falta de cadastro e uma efetiva regulação da propriedade da terra no Brasil, a prática mais comum é a do apossamento de terras, especialmente na Amazônia. Os dados contidos na Figura 1 revelam que apenas 4 % das áreas privadas (20 milhões de Ha) estão com os cadastros validados pelo INCRA. Há mais 158 milhões de ha (32 %) que são terras supostamente privadas sem validação de cadastro. E ainda há 21% restantes que não estavam em nenhuma dessas categorias e, portanto, são tecnicamente consideradas terras públicas sem alocação. Portanto, a ausência de regulação da terra na Amazônia corrobora significativamente para a geração de problemas econômicos, sociais e, sobretudo, ambientais, com destaque para o desmatamento de áreas florestais.

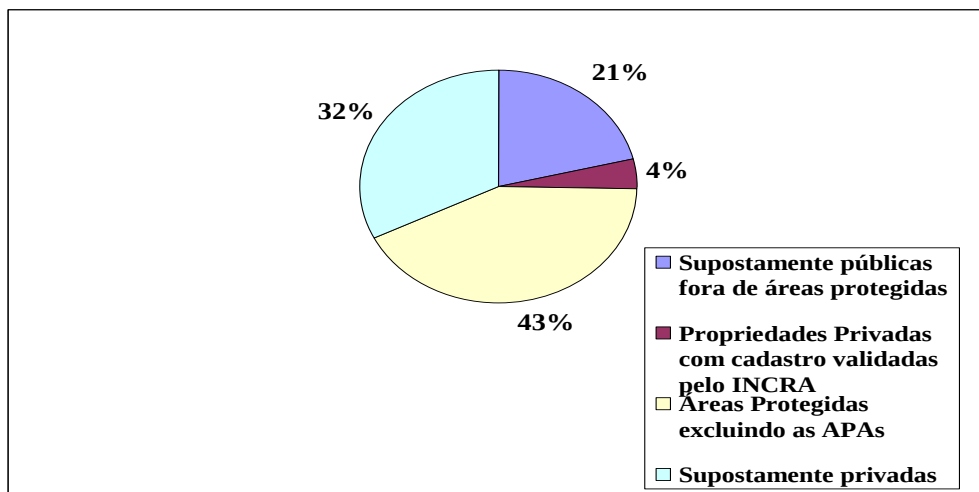


Figura 1. Situação Fundiária na Amazônia Legal

Fonte: Reydon (2011).

Com base em imagens de satélite, evidenciou-se que o desmatamento anual na Amazônia Legal nos últimos anos girou em torno de 6,4 e 7,4 milhões de ha, o que já é uma melhora substantiva quando comparada a períodos anteriores, mas apesar dessa redução, as taxas de desmatamento ainda estão muito elevadas para um bioma com as características do Amazônico.

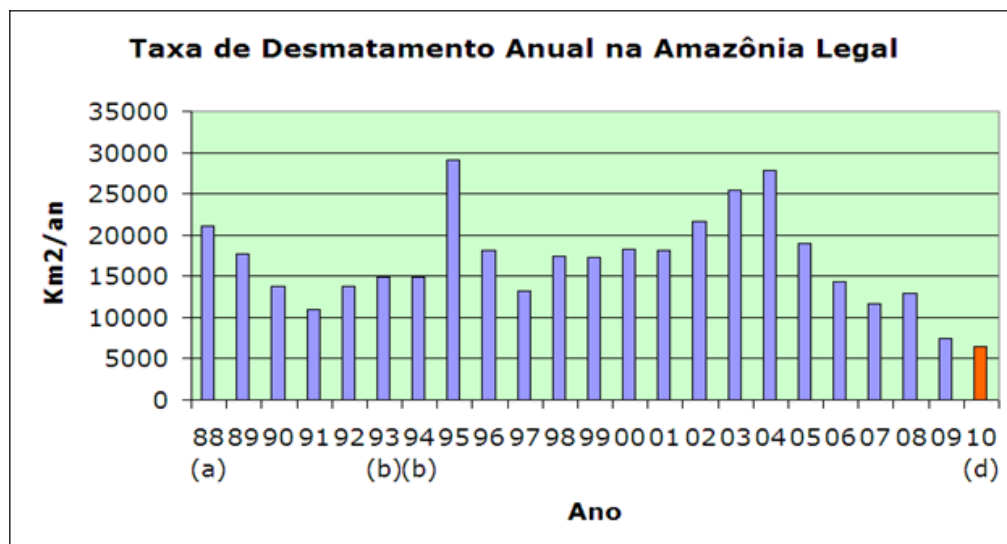


Figura 2- Taxa de Desmatamento na Amazônia Legal

Fonte: Prodes (2011) *apud* Reydon (2011).

Quando se analisam os dados sobre o preço da terra em Estados da Amazônia Legal, percebe-se que os valores pagos por hectare em terras de matas são menores aos que são pagos por hectare de terras de pastagens. No caso de Estados onde há maior densidade florestal, como é o

caso do Acre, os preços das terras com “floresta em pé” (matas) são inferiores e isso incentiva a ação de agentes especuladores em busca de comprar terras a baixo custo e, procurar transformar em áreas de pastagem. Neste processo, o especulador também pode obter ganhos tanto com a venda de madeira como por meio da venda de terras com pastagem, que no caso do Acre, o hectare chega a potencializar seu valor em até 14 vezes (Figura 3). O que se percebe é que não resta dúvida de que, em grandes extensões territoriais como é o caso da Amazônia, a não regulação fundiária é um dos maiores entraves para a promoção do desenvolvimento regional.

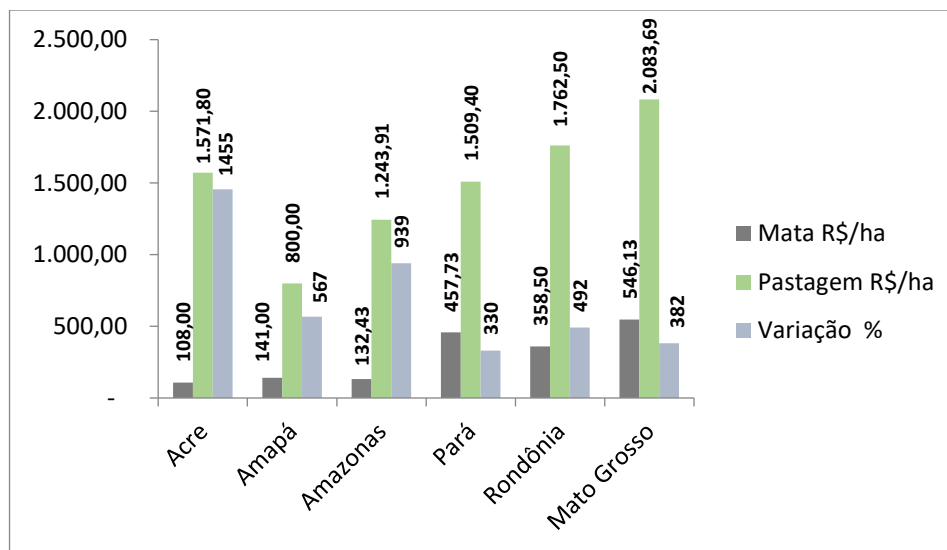


Figura 3. Preços médios de terras na Amazônia (R\$/ha correntes- 2008)

Fonte: Reydon (2011).

4. As Resex como política ambiental

4.1 Breve histórico

A preservação ambiental internalizada como ponto focal da proposta das RESEX foi assim descrita: “A principal característica das RESEX, portanto, é o resgate da importância do homem, numa nova perspectiva de ocupação do espaço amazônico, associada à conservação do meio ambiente onde são levados em consideração os aspectos sociais, culturais e econômicos das populações locais” (CNS, 1993, p. 6).

A relevância dessa concepção se expressa, para além dos seus aspectos históricos, pela incorporação da preservação ambiental como elemento basilar e articulador dos princípios da

sustentabilidade. Desde então, passou-se a considerar como elementos nucleares tanto a conservação dos recursos naturais quanto a melhoria das condições de vida das populações extrativistas (CNS, 1993, p. 10), tudo isto como expressão da vontade coletiva.

Uma das dimensões mais importantes desse processo é a resistência seringueira que tornou mundialmente conhecido o líder Chico Mendes. A reação dos seringueiros teve seu início de forma desordenada, muito mais como uma reação de defesa. A luta política de forma organizada através dos sindicatos e os impedimentos dos desmates popularizados, como os “empates” só ocorrem numa segunda etapa. Nesse ínterim, o êxodo rural-urbano é intensificado, gerando um inchaço populacional nas cidades, principalmente a capital do estado Rio Branco.

O “empate”, ao longo do tempo se generalizou como forma de atuação política para impedir os desmatamentos por parte dos seringueiros, principalmente sob a liderança de Chico Mendes, que se tornou o responsável pela popularização dessa forma de luta.

Num segundo momento, gradativamente, as forças da sociedade contrárias ao processo de vendas das terras e a consolidação da pecuária como modelo de desenvolvimento regional, foram se articulando e o movimento de resistência cresceu em importância política e representatividade.

Para a maioria das pessoas envolvidas com as questões aqui tratadas, a atuação da CONTAG foi definitiva na organização e esclarecimento dos direitos dos posseiros, até porque, como já referido anteriormente, ao tomar ciência dos seus direitos os seringueiros mudavam de postura no enfrentamento dos problemas. Para se ter uma idéia da atuação da CONTAG, no que se refere à defesa direta dos trabalhadores, o advogado da instituição Pedro Marques, no primeiro ano de atuação entrou na justiça com cerca de 400 ações trabalhistas. (O Rio Branco, 1981)

Assim, fica claro porque os seringueiros tenham passado a lutar de forma organizada e o sindicalismo rural experimentado um rápido crescimento a partir de então. O primeiro sindicato dos trabalhadores rurais do Acre foi fundado em Sena Madureira, em 20 de setembro de 1975, com a participação e influência da igreja, através do Pe. Paulino Baldassari. A reunião ocorreu no colégio Santa Juliana e a ela compareceram 557 trabalhadores, quase todos seringueiros (Costa Sobrinho, 1992, p. 172).

Três meses depois, no dia 21 de dezembro de 1975, foi fundado o mais importante e atuante dos sindicatos, o de Brasília, contando em sua diretoria como membro do conselho fiscal Wilson Pinheiro de Souza, que mais tarde assumiria a presidência do mesmo e adotaria a estratégia dos “empates” como forma de impedir os desmates. Wilson Pinheiro foi assassinado por pistoleiros em 21 de julho de 1980, a mando de fazendeiros e sua morte desencadeou uma onda de violência, que resultou na morte de Carlos Sérgio, capataz da fazenda Nova Promissão (Cavalcanti, 2002). Também participava dessa diretoria como secretário, Chico Mendes, na época desconhecido, mas que já demonstrava grande conhecimento da problemática e poder de mobilização².

A terceira fase da luta seringueira, já ocorreu sob a liderança incontestada de Chico Mendes. Sua habilidade, poder de convencimento e liderança não se resumiram ao meio rural. Pelo contrário, Chico Mendes demonstrou grande poder de articulação, na medida em que envolveu os setores urbanos em defesa dos seringueiros.

A criação do Conselho Nacional dos Seringueiros, mostra bem o estilo agregador e envolvente da forma de trabalho de Chico Mendes. Nas suas palavras, “a história do Conselho Nacional dos Seringueiros começa exatamente com a preocupação que a gente começou a enfrentar na luta contra o desmatamento, na busca de uma proposta alternativa pra garantir a floresta Amazônica. Daí, surgiu uma ideia entre algumas pessoas, alguns assessores do sindicato de Xapuri, e no próprio sindicato, de se organizar um encontro nacional de Seringueiros ou de levar uma comissão de seringueiros a Brasília pra discutir algumas coisas” (Grzybowski, 1989, p. 21). Mais adiante, acrescenta que a assessora Mary Allegretti, “topou” a ideia e que ele teve uma reunião com o pessoal do Ministério da Cultura. E, por fim, envolveu outras entidades, como a OXFAM, uma agência católica da Europa que teve participação importante, principalmente no que se refere ao financiamento do encontro que foi realizado em outubro de 1985 e no qual, dentre as várias propostas, os seringueiros decidiram pela criação de uma entidade que tivesse representação em nível nacional capaz de viabilizar a preocupação maior dos seringueiros que era a definição de uma proposta ampla e alternativa capaz de garantir-lhes a posse da terra e, ao mesmo tempo a preservação da floresta Amazônica.

² Segundo entrevista concedida pelo Jornalista Elson Martins.

Estava criado o conselho Nacional dos Seringueiros. Nas palavras de Chico Mendes, “descobrimos que para se garantir o futuro da Amazônia era necessário criar a figura da reserva extrativista como forma de preservar a Amazônia, mas como forma econômica, como proposta econômica ao mesmo tempo” (Grzybowski, 1989, p. 24).

Vê-se, assim, que já estava presente nas ideias de Chico a noção de que a preservação da floresta deveria ocorrer concomitante à resolução do problema da posse e renda dos seringueiros. Esta ideia nuclear, ainda hoje está presente na concepção das reservas, constituindo-a, por assim dizer, em um projeto de reforma agrária amazônica³.

No documento de diretrizes das RESEX (CNS, 1993) a especificidade da proposta é atribuída ao seu conteúdo de reforma agrária e de desenvolvimento sustentável. Dessa forma, este modelo não só poderia se expandir por áreas específicas da Amazônia mas, sobretudo, e ainda segundo o documento, deveria se constituir em alternativa ao modelo de desenvolvimento predatório fundamentado na grande propriedade, que comandou a expansão da fronteira agrícola na região.

4.2 A situação das Resex:

A Tabela 1 apresenta a quantidade de Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável divididos no território brasileiro por biomas. Observa-se que o bioma amazônico, sendo o mais extenso territorialmente, possui a maior quantidade de reservas extrativistas. Vale destacar que essa quantidade é mais que o dobro que os demais biomas classificados em outros – cerrado, caatinga, mata atlântica e marinho costeiro

Dessa forma, percebe-se o importante impacto que a Amazônia apresenta para a questão da preservação ambiental. Por ser o bioma que mais apresenta reservas, bem como a que possui maior extensão territorial, a responsabilidade por políticas fundiárias e ambientais adequadas para essa região é ainda maior.

³ Como referido, no início o movimento dos seringueiros era restrito à luta pela terra. A questão ambiental foi incorporada, principalmente, a partir do momento em que o ambientalista Adrian Cowell, que filmava um documentário sobre as queimadas na Amazônia em 1986, descobriu em Chico um aliado do movimento ecológico. Outra figura importante neste processo, foi a antropóloga Mary Allegretti, que junto com outros ambientalistas convidaram alguns membros da ONU a visitar Xapuri no início de 1987 (Nakashima, 1992).

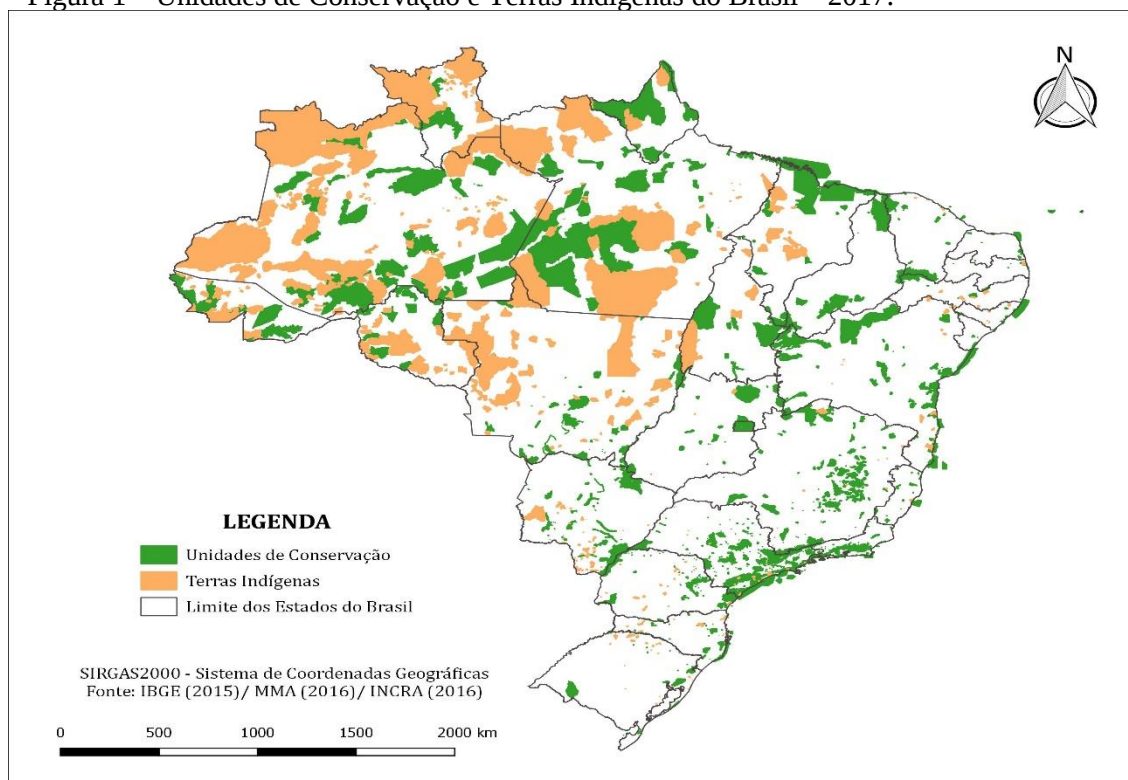
Tabela 1 – Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável por bioma.

		Amazônia		Outros	
		Nº de UC	Área (ha)	UC	Nº de Área (ha)
Reserva Extrativista		45	11.984.524,94	17	492.218,80
Reserva Sustentável	Des.	1	64.442,18	1	38.177,27
Totais		46	12.048.967,12	18	530.396,07

Fonte: ICMBio (2017).

Para se ter uma noção ainda maior da dimensão da quantidade de Unidades de Conservação espalhadas pelo território brasileiro, a Figura 1 mostra de forma mais ampla esse mapa e confirma os dados do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). O mapa do território do Brasil mostra a concentração dessas unidades, principalmente, na região da Amazônia Legal.

Figura 1 – Unidades de Conservação e Terras Indígenas do Brasil – 2017.



Fonte: IBGE (2015), MMA (2016), INCRA (2016).

Elaboração: Alisson Munaretti (2017).

Em particular ao Estado do Acre, de acordo com os dados do Zoneamento Econômico e Ecológico (ZEE), atualmente existem no território acreano cinco Reservas Extrativistas (RESEXs). Entre elas destacam-se as RESEX Alto Juruá, por ser a primeira criada e a RESEX Chico Mendes, criada em seguida e considerada a maior em extensão territorial, abrangendo sete municípios acreanos, incluindo a área da capital Rio Branco.

Tabela 2 – Reservas Extrativistas (RESEX) do Estado do Acre.

Nome	Área (ha)	Criação	Município Sede
RESEX Cazumbá-Iracema	750.795,00	2002	Sena Madureira
RESEX Alto Juruá	506.186,00	1990	Marechal Thaumaturgo

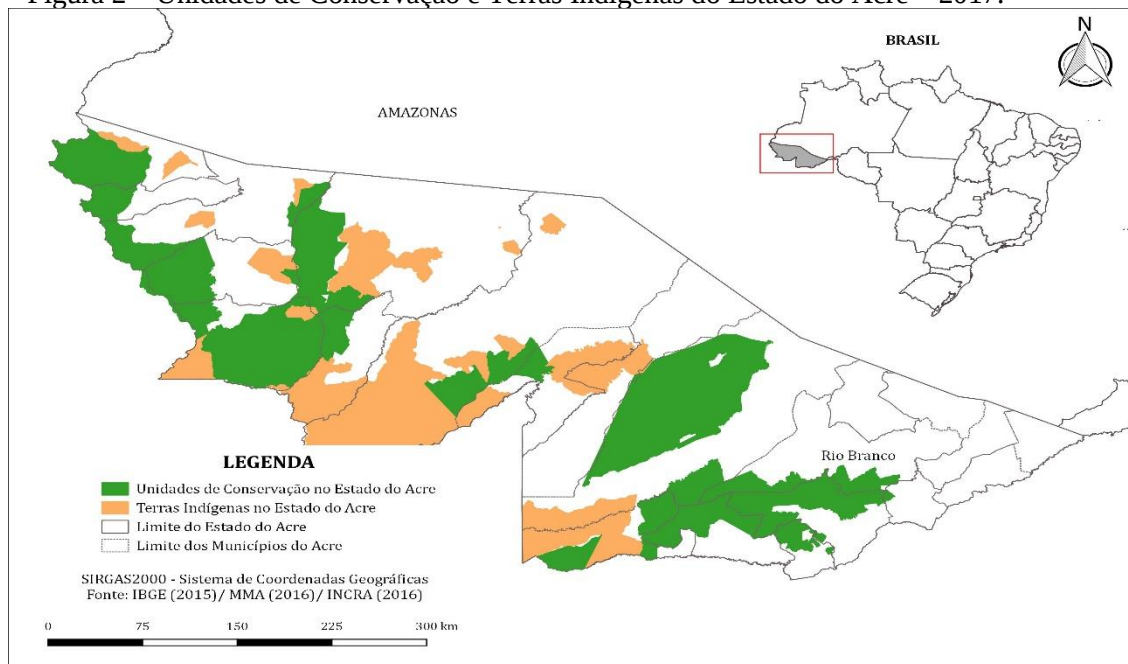
RESEX Liberdade	Riozinho da	325.602,00	2005	Tarau acá
RESEX Alto Tarauacá		151.199,00	2000	Tarau acá e Jordão
RESEX Chico Mendes		970.570,00	1990	Sena Madureira, Rio Branco, Capixaba, Xapuri, Brasiléia, Epitaciolândia e Assis Brasil

Fonte: ACRE (2010).

Um dos pontos relevantes da proposta das Resex, como já enfatizado, é a dimensão ambiental. A partir disso pode-se observá-las como uma forma de política ambiental do ponto de vista da preservação ambiental.

Na Figura 2, apresenta-se as áreas das Unidades de Conservação no Estado do Acre, a qual abrange onze municípios do estado do Acre, ou seja, metade dos municípios acreanos.

Figura 2 – Unidades de Conservação e Terras Indígenas do Estado do Acre – 2017.



Fonte: IBGE (2015), MMA (2016), INCRA (2016).

Elaboração: Alisson Munaretti (2017).

Tabela 3 – Desmatamento na RESEX Chico Mendes e nas demais RESEX acreanas, em hectares, entre os anos 1997-2015.

Ano	RESEX Chico Mendes (ha)	%	RESEX acreanas (ha)	%
1997	Até			
	19.434	2,09%	32.038	1,19%
2000	5.733	0,62%	11.679	0,43%
2001	2.766	0,30%	3.772	0,14%
2002	926	0,10%	2.779	0,10%
2003	3.853	0,41%	6.024	0,22%
2004	4.192	0,45%	5.110	0,19%

	2005	4.073	0,44%	5.561	0,21%
	2006	531	0,06%	766	0,03%
	2007	197	0,02%	558	0,02%
	2008	1.166	0,13%	2.525	0,09%
	2009	378	0,04%	525	0,02%
	2010	641	0,07%	3.399	0,13%
	2011	1.216	0,13%	2.624	0,10%
	2012	1.275	0,14%	2.069	0,08%
	2013	1.079	0,12%	1.490	0,06%
	2014	2.237	0,24%	3.232	0,12%
	2015	1.593	0,17%	1.677	0,06%
	Total	51.290	5,51%	85.826	3,18%
desmatado					
	Florest	908.781	97,56	2.648.030	98,06
a			%		%
	Área	931.540	100%	2.700.310	100%
total					

Fonte: INPE/PRODES (2017). Elaborado pelos autores.

A tabela 4 mostra a participação das principais atividades econômicas no âmbito da Resex na composição da renda bruta dos moradores. Vê-se que o item criações e agricultura tiveram uma variação negativa, evidenciando a importância crescente da atividade extrativismo. Esta atividade teve um crescimento no período analisado em grande medida favorecido pela lei estadual dos incentivos à produção da borracha e pelo crescimento da comercialização da castanha certificada e da madeira.

Tabela 4 – Participação dos produtos na composição da Renda Bruta, (1996/1997 a 2005/2006).

Descrição	Renda Bruta (%)			Variação
	1996/1997	2005/2006		
Agricultura	34,1	24,7		-27,5

Macaxeira	10,3	10,6	2,4
Arroz	7,3	7,3	-0,4
Feijão	6,8	1,8	-73,7
Melancia	6,6	1	-85,4
Milho	1,9	1	-45
Outros	1,2	3,1	150,1
Criações	37,3	30,2	-19,1
Criação de bois/leite/queijo	11,1	17,5	57,1
Criação de porcos	11	6	-45,3
Criação de aves/ovos	12	5,2	-56,5
Criação de ovelhas	1,8	0,8	-55,8
Outros	1,4	0,7	-52
Extrativismo	28,6	45,1	57,7
Castanha	15,2	27,1	78,2
Borracha	13,4	9,5	-29,1
Castanha certificada	-	4,3	-
Madeira	-	4,2	-
Total	100	100	-

Fonte: ASPF (2017).

A Tabela 5 apresenta o desempenho econômico da produção na RESEX Chico Mendes. A pesquisa evidenciou que no período de 1996/1997 o valor da Renda Bruta (RB) com a produção foi de R\$ 510,55 passando para R\$ 662,67 em 2005/2006. Neste período, houve uma variação positiva de 29,79%. A Renda Líquida (RL) teve uma variação positiva em 40,84%. Esta vantagem apresentada no último período ocorreu principalmente pelo aumento de representatividade dos produtos extrativistas na composição da renda familiar, principal fonte de produção no interior da RESEX, o qual utiliza baixo nível tecnológico em sua exploração. Tal desempenho também incidiu sobre os resultados apresentados na Margem Bruta Familiar (MBF), a qual apresentou uma variação positiva em 33,85%, o que tornou possível o aumento no potencial de consumo da família.

Entretanto, mesmo com esta elevação na renda com a produção, observou-se que esses indicadores apresentam valores medianos inferiores ao salário mínimo vigente (R\$ 880,00).

Assim, na busca por rendimentos extras ao processo produtivo, as famílias extrativistas recorrem ao assalariamento fora da unidade produtiva e, principalmente, aos benefícios governamentais concedidos em forma de transferências de rendas, como o Programa Bolsa Família e as aposentadorias. De acordo com a Tabela 4, a Renda Bruta Total expressa bem o papel das rendas extras atuais, em particular os benefícios governamentais, uma vez que no período de 2005/2006 o valor recebido pelas famílias, somando a renda bruta com as extras, praticamente iguala ao valor do salário mínimo mensal vigente, o que garante maior acesso à satisfação das necessidades da família no mercado.

Tabela 5 – Desempenho Econômico na RESEX Chico Mendes (1996/1997 – 2005/2006).

Indicadores		Unida	1996/19	2005/20	Variaç
Econômicos	de	97	06		ão (%)
Renda Bruta	s	R\$/mê	510,55	662,67	29,79
Renda Líquida	s	R\$/mê	358,98	505,57	40,84
Margem Familiar	Bruta s	R\$/mê	454,32	608,14	33,86
Renda Bruta Total	s	R\$/mê	468,43	835,00	78,25
Linha de Dependência do Mercado	s	R\$/mê	460,69	1.450,84	214,93
Autoconsumo	s	R\$/mê	1.554,19	714,83	-54,01
Nível de Vida	s	R\$/mê	2.034,30	1.449,51	-28,75
Índice de Eficiência Econômica		und.	1,36	0,7	-48,53

Obs: Resultados medianos por Unidade de Produção Familiar (UPF). Atualização monetária até dezembro de 2016 (INPC/IBGE).

Fonte: Projeto ASPF (2017).

5. Conclusões

O crescimento da consciência ambiental aliado à crescente importância da regularização fundiária nas últimas décadas evidencia a importância dos estudos e pesquisas sobre as diversas experiências cujo núcleo central é a preservação da floresta amazônica.

Neste contexto, ganha relevo a elaboração e implementação da Política Ambiental resultante da experiência dos seringueiros do Acre na construção das Reservas Extrativistas, especialmente pela crescente importância das experiências na regularização fundiária. A experiência RESEX, longe de um modelo ideal ou projeto acabado mostra lições importantes, tanto para a política ambiental brasileira em geral, como para a Governança Fundiária que visam garantir a posse da terra para os trabalhadores rurais e com isso contribuir para estancar o processo de desmatamento na Amazônia.

O êxito das Resex, em grande medida, é resultado da participação efetiva das pessoas diretamente interessadas na preservação da floresta amazônica. A organização social mostrou-se eficaz e, mais do que isso mudou o paradigma das políticas existentes todos eles baseados na concepção naturalista de ocupação dos espaços sem a presença humana.

No Acre, o fato de que a ocupação do espaço territorial desde seu início basear-se exclusivamente na extração gumífera vai definir uma peculiar estrutura fundiária que irá, no futuro desaguar e terá implicações definitivas na luta pela terra, especialmente após a "Operação Amazônia", cuja estrutura conceitual nuclear define a pecuária como uma atividade capaz de gerar renda e emprego na modernização da região.

O extrativismo, responsável inicial pelo processo de ocupação das terras acreanas, foi em grande medida o definidor das características fundamentais que marca o processo histórico da formação da sociedade Acreana. Na verdade, a primeira característica marcante desse processo – a organização produtiva conhecida como seringal-, é a forma específica de propriedade da terra por parte dos produtores, de modo que eles não têm o benefício da produção nem tampouco detém o controle da propriedade da terra.

A atividade extrativista da Amazônia e a pressão do Movimento Verde resultou na mobilização de amplos setores da sociedade, contribuindo para legitimar a Resex como proposta

viável no contexto da regularização fundiária e acesso à terra. É importante considerar, também, o grande impacto produzido na Amazônia, resultante da forte mobilização interna e canalização das preocupações ambientais da comunidade internacional, que resultou na mudança da política ambiental brasileira e, acima de tudo, na redefinição das políticas de ocupação das terras da Amazônia.

Para o conjunto dos extrativistas a criação das Resex, implicou mudanças significativas na medida em que garante a posse da terra. Isto além de proporcionar a segurança natural, permite o acesso ao financiamento, que, por sua vez, resulta, em muitos casos, em incentivo à diversificação da produção, expansão da renda e melhoria das condições de vida da população.

Apesar dessas mudanças alguns problemas ainda persistem. Um deles é a dificuldade no fornecimento e suprimentos de alimentos e a comercialização de produtos. Além disso, verificou-se a existência de um problema que é representado por diferenciais de renda dentro da reserva. Em alguns lugares de difícil acesso algumas famílias ainda vivem apenas de extração da borracha. Para eles, a criação da Resex, ainda que garanta a posse da terra, não representou grandes mudanças, em termos de qualidade de vida.

Dito de outra forma, as antigas relações existentes nas plantações de borracha ainda persistem ou mesmo são restaurados, sob a forma de pobreza e miséria. Assim, a garantia da terra, o não pagamento de impostos e a política de compra e venda exclusiva na sala de reuniões, não parece ter sido focado substancialmente na vida dos seringueiros, o que nos permite afirmar que, embora importante, a regularização de terras não é suficiente para modificar o atual quadro de pobreza existente.

Além disso, O fato do extrativismo ainda hoje constituir-se predominantemente da atividade de extração da borracha mostra a fragilidade e dificuldades por que passa a viabilização das Resex. Por outro lado, a pecuária ganha espaços consideráveis como melhor opção econômica para a pequena produção, o que traz consigo o perigo da ampliação do desmatamento e, com isso, a descaracterização das Resex. Um recente estudo desenvolvido pelo Imazon denominado “Unidades de Conservação mais desmatadas da Amazonia Legal (2012-2015)” alerta para os perigos da ampliação das taxas de desmatamentos exatamente nas Unidades de Conservação. Estas, criadas como estratégia para preservar o meio ambiente vem aumentando suas taxas de desmatamento desde 2012.

O caminho parece ser longo e exige uma efetiva participação do Estado em definir políticas que impliquem melhorias de vida das populações extrativistas ao mesmo tempo em que amplia a produção de alimentos, combate o desemprego e preserva a floresta amazônica.

6. Referências Bibliográficas

ACRE (2010). Governo do Estado do Acre. Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre, Fase II (Escala 1:250.000): Documento Síntese. 2. Ed. Rio Branco: SEMA, 2010. 356p.

Allegrtti, Mary H. (1994) Reservas extrativistas: Parâmetros para uma Política de Desenvolvimento Sustentável na Amazônia. In: ARNT, Ricardo (ed.). O destino da Floresta: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia. Curitiba: Relume –Dumará, 1994. (Instituto de estudos amazônicos e ambientais).

Araújo, Elis et all. Unidades de conservação mais desmatadas da Amazonia legal (2012-2015), Belém Pará: Imazon, 2017

Banco Mundial (1992) Relatório sobre o desenvolvimento mundial – 1992: Desenvolvimento e Meio Ambiente. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1992.

Cavalcanti, Francisco Carlos da S. (1983) O Processo de Ocupação Recente das terras do Acre, Pará: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/NAEA-UFPa, 1983, Dissertação de Mestrado.

Cavalcanti, Francisco Carlos da S. (2002) A Política Ambiental na Amazônia: um estudo sobre as reservas extrativistas, São Paulo: Instituto de Economia /UNICAMP, 2002. Tese de doutorado.

Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS (1993). Diretrizes Para um Programa de Reservas Extrativistas na Amazônia. Rio Branco: Poronga, 1993.

Deininger, K. (2003) Land Policies for Growth and Poverty Reduction. Washington: World Bank and Oxford University Press.

Diegues, Antonio Carlos (2001) O Mito Moderno da Natureza Intocada São Paulo: Hucitec/NUPAUB-USP, 2000.

Morsello, Carla (2001). Áreas Protegidas Públicas e Privadas: seleção e manejo. São Paulo:ANABLUME/FAPESP, 2001.

Novaes, Regina Reyes (1991). Continuidades e rupturas no sindicalismo rural. In: Boito, Armando et al. O Sindicalismo brasileiro nos anos 80. São Paulo: Paz e terra, 1991.

Reydon, B. P; Cavalcanti, F. C .S. (2002) As Reservas Extrativistas como Mecanismo de Regulação Fundiária e de Desenvolvimento Sustentável Local. Mimeo.

Souza, Elyson Ferreira de.(2016) Os problemas Fundiários do Acre: um estudo para uma melhor governança de terras. São Paulo: Instituto de Economia /UNICAMP, 2016. Tese de doutorado.

Soto, H (2000). The Mystery of Capital: Why Capitalism Triumphs in the West and Fails Everywhere Else New York. Basic Books.(2000).

ICMbio/ Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Biodiversidade e Florestas, Departamento de Áreas Protegidas. – Brasília: MMA, 2007 124p. (Serie Áreas Protegidas de Brasil,